

AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 663531 - RS (2015/0037883-1)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO

AGRAVANTE : NELCI WEIDAMANN FAUDA

**ADVOGADOS : FÁBIO DAVI BORTOLI - RS066539
ALEXANDRE LUIS JUDACHESKI - RS066424**

AGRAVADO : OI S.A

**ADVOGADOS : TOMÁS ESCOSTEGUY PETTER - RS063931
DIEGO SOUZA GALVAO - RS065378
CARINA BELLOMO DA SILVA - RS080393**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE COBRANÇA. DANO MORAL. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA PRETENDE A REFORMA DO ACÓRDÃO LOCAL, NO TOCANTE AO DANO MORAL, PORQUANTO ALI SE ENTENDEU NÃO TER SIDO COMPROVADO O DANO. ALEGAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. EXISTÊNCIA DE JULGADOS QUE RECONHECEM SER O DANO MORAL INDEPENDENTE DE DEMONSTRAÇÃO. DECISÃO LOCAL QUE NEGOU TRAMITAÇÃO AO APELO RARO ANTE A FALTA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL CUJA INTERPRETAÇÃO RESTOU DIVERGENTE E TAMBÉM PELA AUSÊNCIA DO NECESSÁRIO COTEJO ANALÍTICO. ÓBICES INAFASTÁVEIS. AGRAVO INTERNO DA PARTICULAR A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A parte recorrente deve, para a correta atuação deste Tribunal na uniformização dos entendimentos, indicar de maneira clara e específica, sobre qual determinação legal federal houve a divergência jurisprudencial que necessita ser uniformizada.

2. Por outro lado, é imprescindível, nas razões do Recurso Especial a realização do cotejo analítico, não sendo possível, para tal mister, a mera transcrição de ementas.

3. Agravo Regimental da Particular a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Impedido o Sr. Ministro Benedito Gonçalves. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 10 de Junho de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho
Relator

